

UMA PUTA EDUCADORA: ENTREVISTA COM INDIANARA ALVES SIQUEIRA

Jaqueline Gomes de Jesus

Universidade de Brasília

E-mail: jaquebrasil@gmail.com

Uma mulher normal, de peito e pau. É assim que costuma se identificar a prostituta — há 26 anos na profissão, prefere mesmo é ser chamada, carinhosamente, de puta¹ — e coordenadora da ONG carioca TransRevolução, *Indianara Alves Siqueira* (Figura 1), nas conversas mais intimistas ou em palestras para dezenas ou centenas de pessoas.



Figura 1: Foto da capa de perfil no Facebook.

Fonte: <https://www.facebook.com/indianara.siqueira?fref=ts>

1 Recomeço assistir o vídeo “Porque Gabriela gosta da palavra puta”, disponível em <https://youtu.be/CvKkGPiXv0o>, no qual aparece Gabriela Leite — prostituta como Indianara, falecida em 2013. Era reconhecida nacionalmente por sua militância pelos direitos dos profissionais do sexo e regulamentação do trabalho. Foi fundadora da ONG Davida e idealizadora da grife DASPU. Pude assistir um de seus desfiles em Belo Horizonte, no dia 4 de novembro de 2006, durante o VI Congresso Brasileiro de DST/Aids, com a presença da própria Gabriela, ao som do refrão “Daspu é uma puta parada, Daspu é uma parada de puta” — explica a sua predileção pelo uso da palavra “puta”, tanto pela sonoridade quanto pelo seu conteúdo empoderador (no sentido de gerar identidades políticas), transgressor e revelador da moralidade machista sobre os corpos das trabalhadoras do sexo. Tal posicionamento corrobora o afirmado em Jesus (2012), no que tange à capacidade dos movimentos sociais de gerar reconhecimento público e valorização intragrupal de identidades sociais deterioradas (estigmatizadas), conforme a definição de estigma por Goffman (1988).

Em suas falas e protestos, para pequenos grupos ou multidões (indiferente ao perfil de seu público, fala a todas e todos), debate com qualquer um(a), não se intimida com títulos e cargos, está onde quer que a chamem e vai embora quando quer.

Vegetariana, é frequentadora contumaz dos botecos da Lapa (a do Rio de Janeiro, para evitar confusão de lugares), recorrentemente se alimentado de chopes e conversas com os amigos.



Tem dois perfis na rede social *Facebook*, um com o nome acima descrito e outro como *Indianara Sophia Fênix*, com mensagens tão sucintas e mobilizadoras quanto um tapa na cara: “Estou limpa. Só por hoje. Eu fiz a chuca³. Obrigada” (SIQUEIRA, 2015). Ou extensas o suficiente para serem consideradas verdadeiros manifestos, nos quais, quase sempre, considera-se “transvestigenerx” e transfeminista⁴.

43 verões iniciados no Paraná, foi para São Paulo e Europa (Figura 2). Cumpriu dois anos e meio de prisão na França por alugar apartamentos para profissionais do sexo, principalmente travestis brasileiras. Foi expulsa do país ao fim da pena.

Por pagar INSS como puta⁵ (valorizo a linguagem da protagonista deste relato), considera o governo brasileiro como seu cafetão. Diz que a prostituição é uma troca: o que outras(os) fazem de graça, ou com custos marginais (como restaurante, cinema, cuidados do lar), cobra-se diretamente: “Se você não sentir prazer, ao menos vai ter lucro” (SIQUEIRA, 2013, p. 174).

Figura 2: Foto de Indianara quando ainda era morena.

Fonte:<http://iconoclastia.org/2013/06/10/indianara-siqueira-a-trans-que-pode-mudar-a-lei-brasileira>

2 Na entrevista se encontra uma explicação, em sua história de vida, para o nome “Sophia”.

3 “Chuca” é um termo popular para “enema”, que consiste na introdução de líquido no ânus, geralmente água, para lavagem, com fins diagnósticos, de tratamento de saúde ou visando redução da possibilidade de eliminar dejetos durante o sexo anal. No contexto da fala original de Indianara, ela se referia tanto a esta prática quanto, ironicamente, a discursos moralistas com relação ao uso de drogas.

4 O transfeminismo “é uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos” (JESUS, 2014, p. 243).

5 A prostituição é reconhecida com um ofício legal no Brasil, constando da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego (2002). Vale ressaltar que o termo “puta” não consta entre os títulos atribuídos pela CBO aos profissionais do sexo, sob o código 5198-05. São citados: “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”. A ausência ressalta o caráter pejorativo e de estigma associado à palavra.

Atualmente vive no Rio de Janeiro. Várias são as frentes de luta dessa multiativista.

Trabalha pela regulamentação da prostituição, que, apesar de ser um trabalho lícito, ainda é tratado como uma prática marginal, e geralmente criminalizada nos discursos sociais e falas oficiais. Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.211/2012, de autoria do deputado federal Jean Wyllys⁶ – PSOL/RJ, também conhecido como PL Gabriela Leite⁷.

É uma das coordenadoras da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, sendo que, por ter posto os seios à mostra em uma dessas manifestações, em protesto denominado “Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito” (Figura 3), foi submetida a julgamento por ultraje público ao pudor, processo ora arquivado.



Figura 3: Protesto “Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito”.

Fonte: <http://www.feministacansada.com/post/52595446688>

Defende os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) e quaisquer outros grupos identitários, ao mesmo passo em que empodera a população transgênero, autonomamente ou por meio de suas múl-

6 Até fins de 2014, Indianara atuou como assessora parlamentar no gabinete do deputado Jean Wyllys no Rio de Janeiro. Do mesmo parlamentar, juntamente com a deputada federal Érika Kokay – PT/DF, tramita o Projeto de Lei 5002/2013, denominado PL João W. Nery, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e garante a qualquer pessoa o direito de retificar seu registro civil de sexo, prenome e imagem “registradas na documentação pessoal, sempre que não coincidam com a sua identidade de gênero autopercebida” (Artigo 3º).

7 Vale considerar que a apresentação do PL Gabriela Leite não decorre de uma pauta uníssona entre os feminismos brasileiros (Leia GOMES, 2013), tendo sido uma proposta protagonizada pela Rede Brasileira de Prostitutas. Recomendamos a leitura de Pereira e Feijó (2014) para se compreender esse projeto no plano geral da regulação, em um contexto social de preconceito.

tiplas filiações organizacionais (em especial a da TransRevolução, que acompanha os assassinatos de pessoas trans), sempre criticando a inclusão precária da população trans na sociedade em geral, mas igualmente nos movimentos sociais, em particular o próprio movimento LGBT.

Pelo acima exposto, e muito mais, já foi dito que ela é uma “puta educadora”, em todos os sentidos do termo. Não é uma denominação que Indianara endosse terminantemente, como se lerá.

A entrevista que conduzi com ela, realizada virtualmente, ao longo de quase uma dezena de mensagens trocadas com essa finalidade, deu-se nos intervalos da correria de *nossas* agendas abarrotadas. Em 2014, conversamos muito brevemente no bar Arco-Iris da Lapa, enquanto eu experimentava um bolinho de feijoada, e durante um debate na Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Figura 4).



Figura 4: Entrevistadora com Indianara na FND⁸.

Fonte: arquivo pessoal.

Em 29 de janeiro de 2015, durante o Ato pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans, ocorrido nas escadarias da Câmara Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo Indianara como uma de suas principais protagonistas, pudemos nos reencontrar por instantes.

⁸ Na imagem, pode-se notar, sobre o meu peito, um *botton* com as cores da Bandeira do Orgulho Trans, criada em 1999 por Mônica Helms, e à esquerda de Indianara, uma estátua de bronze representando a Justiça.

Foi um evento histórico e raro, de ocupação de espaços públicos em prol da cidadanização das pessoas trans: “a nossa luta contra a transfobia não se resume a um único dia de visibilidade, mas é uma luta árdua e diária em que as poucas conquistas são muito comemoradas. Mas queremos mais: queremos o reconhecimento das nossas identidades de gênero⁹, queremos inclusão social, queremos direito à educação, queremos ter chances no mercado de trabalho”¹⁰.

Jaqueline Gomes de Jesus: Como gostaria de se apresentar?

Indianara Alves Siqueira: Indianara Siqueira, ativista de direitos humanos, puta e pessoa.

JGJ: O que é ser puta?

IAS: Depende do contexto. Você pode ser puta por conta de um padrão social de como as mulheres devem se comportar, e as que não se comportam assim então são putas. Você pode ser porque você decidiu capitalizar o sexo (ato [sexual]) e ganhar dinheiro com isso. Mas em um mundo onde poderíamos optar, pra mim ser puta é uma opção profissional como outra qualquer, de alguém que optou por, através de uma remuneração, proporcionar prazer sexual — também não significa conjunção carnal e nem que o outro obrigatoriamente chegue ao orgasmo — a outrem.

JGJ: Quando você começou a se prostituir e como foi?

IAS: Após os 18 anos, quando sai de minha cidade em Paranaguá, Paraná. Achei que seria pior. Mas depois do primeiro cliente foi tranquilo. Vi que era apenas sexo em troca de dinheiro. Nada demais.

JGJ: Por que você saiu de Paranaguá?

IAS: Eu queria fazer minha transição completa e ampliar meus horizontes.

JGJ: Você teve apoio de alguém antes de atender o primeiro cliente? Chegou

9 Identidade de gênero é “a atitude individual frente aos construtos sociais de gênero, ante aos quais as pessoas se identificam como homens ou mulheres, percebem-se e são percebidas como integrantes de um grupo social determinado pelas concepções correntes sobre gênero, partilham crenças e sentimentos e se comprometem subjetivamente junto ao grupo com o qual se identificam” (JESUS, 2014, p. 246).

10 Trecho de depoimento de Indianara concedido a Marins (2015).

a ser orientada por outra profissional do sexo depois disso? Se sim, lembra dela?

IAS: Tive o apoio de Paola e fui orientada por tantas que a lista seria *longaaaaa*¹¹.

JGJ: Quando foi que passou a defender direitos publicamente?

IAS: Em 1995, com a fundação do Grupo Filadélfia em Santos (São Paulo), do qual eu era presidente fundadora.

JGJ: Como você chegou a Santos? Como foi a fundação do grupo Filadélfia? Como chegou ao Rio?

IAS: Eu fiquei sem dinheiro e fui morar na rua, onde conheci dois rapazes e fomos pra Santos, tentar vender bebidas na praia, mas eles bebiam muito e, por outros fatores, não deu certo. Então, dormindo embaixo de um vagão de trem, conheci Paola e ela me levou pra casa dela, cuidou de mim, me amadrinou e me batizou de Sophia, pois me achava parecida com Sophia Loren. Paola nunca me cobrou nada.

Depois, com a morte de várias amigas por AIDS, de minha irmã, em 1994, e de dizerem que toda travesti morre de AIDS, eu queria conhecer e saber mais sobre [a síndrome].

Então, como o Programa Municipal de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS de Santos (capital da AIDS na época) precisava incluir travestis e mulheres prostitutas na prevenção, as assistentes sociais e psicólogas iam na rua distribuir preservativos, falar da importância do uso, como usar e da importância do teste. Claro, todo mundo (putas) querendo trabalhar, só pegavam o preservativo e *tchau*.

Aí um dia elas me encontraram e eu parei pra escutar, então elas me convidaram pra conhecer o Programa Municipal (hoje são Departamentos Municipal, Estadual e Federal de DST/AIDS e hepatites virais do Ministério da Saúde), eu perguntei quando [poderia ir], e como havia urgência [delas] em segurar que [lhes] deu ouvidos, elas disseram: “Amanhã” (acho que se abrisse à noite elas teriam me levado na hora).

Da primeira reunião, vieram outras reuniões, onde eu trouxe outras trans. E o trabalho se multiplicou e nasceu o Grupo Filadélfia de Travestis e Liberados

11 Busquei reproduzir o acento dado pela entrevistada à palavra. Chamo atenção, neste detalhe, para uma reflexão acerca da rede de apoio entre os profissionais do sexo, o que não exclui as travestis profissionais do sexo, ao contrário do senso comum que enquadra essa categoria como composta por indivíduos solitários e naturalmente agressivos.

de Santos (eu sugeri o nome pelo filme¹², que me tocou muito). Fui eleita presidente.

Então, o Programa nos informou sobre o Entlaids¹³ de 1995 e [perguntou] se queríamos participar, e aceitamos. Nos inscreveram e viemos pro Rio de Janeiro. Conhecemos então Jovana Baby, a fundadora do movimento trans organizado, e fomos em frente. Eu voltei ao Rio no mesmo ano pra representar o Filadélfia no encontro internacional da ILGA¹⁴ (foi a única vez que aconteceu no Brasil).

Em 1996, teve a Conferência Municipal de Saúde em Santos e participamos como Filadélfia. Eu disse da importância do nome social e que deveríamos brigar por isso. Então pleiteamos isso e que, em caso de internação, trans fossem internadas na ala feminina, também que os companheiros de pessoas LGBT fossem considerados como cônjuges no prontuário médico (sabíamos que um laudo médico derruba um presidente, então, entre outros casos, e um deles de morte, esse prontuário poderia ser usado pra garantir direitos).

Tivemos que negociar e fazer acordos pra aprovar e foi por muito pouco que conseguimos vencer. Já hormonioterapia e redesignação sexual foram rechaçadas. Então, oficialmente, foi a primeira vez que, em um evento com poder de impor e deliberar diretrizes, o nome social foi reconhecido. Isso deu uma polêmica muito grande até no exterior; a imprensa não saía do pé.

A internação deu pau com as *radfems*¹⁵, e [a demanda acerca do prontuário médico constando] os cônjuges, [deu problema] com religiosos fundamentalistas, radicais.

Veio o Entlaids 1996, o Filadélfia tinha se tornado referência, e eu fui catapultada no cenário nacional e internacional como ativista, o que deu direito ao grupo de levar pra São Paulo (capital) o quinto Entlaids, em 1997.

Em 1997, depois do Entlaids de São Paulo, com 280 participantes, o movimento trans em São Paulo se expandiu e nasceu o processo transexualizador como experimental. O SUS lançou a carta de usuários, com um artigo impondo o nome social na rede pública de saúde, e os estados e municípios foram criando decretos, que se tornaram esse *boom* que é hoje.

12 Drama norte-americano de 1993, estrelado por Tom Hanks e Denzel Washington, que retrata a epidemia de AIDS entre homens homossexuais, em um ambiente social de intensa homofobia.

13 Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção à Aids.

14 *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (<http://liga.org>).

15 Sigla para o inglês *Radical Feminists*, termo utilizado para se referir a feministas radicais, adeptas de uma determinada linha feminista caracterizada pelo reconhecimento do patriarcado como um sistema de poder que deve ser abolido para que a opressão dos homens sobre as mulheres possa ser superada. A palavra foi aplicada, no contexto da fala de Indianara, mais especificamente às feministas radicais transfóbicas, também designadas pela sigla TERF, do inglês *Trans Exclusionary Radical Feminists*.

O nome social é obsoleto¹⁶, sim, mas foi muito duro e com muita luta que conseguimos algo que garantiu outros direitos.

JGJ: Você lembra de quando começou a usar a palavra “trans”? Como foi? O que você acha de a palavra “travesti” ainda ser usada hoje, apesar de a palavra “trans” abarcar as diversas identidades transgênero, incluindo as travestis?

IAS: Foi no Entlaids de 1997, realizado pelo Filadélfia com apoio da Casa de Apoio Brenda Lee¹⁷, quando trouxemos a trans Camille Cabral¹⁸ (dermatologista especializada em infectologia), que explicou a transexualidade, CID¹⁹ etc. Mas a maioria das travestis do Entlaids não quis saber [de adotar o termo transexual], deu uma confusão, gritaria, foi um auê então pior [sobre] a palavra transgênero, as travestis alegando que estávamos impondo ao movimento uma palavra de língua estrangeira.

Eu contra-arguntei que, então, deveríamos discutir o tema em Tupi-Guarani, já que falamos uma língua estrangeira misturada com várias.

Enfim, depois nasceu a Rede de Transexuais, que já tinham tentado criar em 1995 na ILGA (só as que queriam redesignar).

JGJ: Qual é a sua escolaridade?

IAS: Segundo grau incompleto, falando quatro idiomas e Doutora Mestrada na vida.

JGJ: Você acha que faz um trabalho educativo? Por quê?

IAS: Acho que as pessoas aprendem que nem tudo o que precisamos saber é ensinado nas escolas, e sim, podemos aprender com as vivências de pessoas sobre as quais nada é ensinado, como as pessoas trans, por exemplo.

16 A adoção do nome social (aquele com o qual as pessoas trans se identificam e são reconhecidas socialmente, enquanto os seus registros civis não são adequados), continua sendo uma importante pauta, senão central, na agenda política do movimento trans brasileiro, entretanto surgem críticas à sua fragilidade institucional, as quais Indianara implicitamente destaca, e que podem ser melhor compreendidas a partir de uma leitura de Bento (2014), para quem a adoção do nome social, apesar dos avanços, traduz-se em “cidadania precária”.

17 Conheça o trabalho da entidade em (<http://www.brendalee.org.br>).

18 Nascida em Cabaceiras, na Paraíba (cidade conhecida como a “Roliúde Nordestina”, pela intensa produção cinematográfica), de nacionalidade franco-brasileira, Camille Cabral foi a primeira mulher transexual eleita na história da República Francesa, para o cargo de vereadora em Paris, que ocupou de 2001 a 2005 (http://pt.wikipedia.org/wiki/Camille_Cabral).

19 Classificação Internacional de Doenças.

JGJ: Você se consideraria uma “puta educadora”? Por quê?

IAS: Não. São as pessoas que dizem isso de mim. Eu apenas vivo em coerência comigo mesma e com a minha luta e aí as pessoas se sentem representadas.

JGJ: Para você, o que é ser transfeminista?

IAS: [Ser] transfeminista é quebrar regras da sociedade patriarcal machista e inclusive nossas próprias, criando uma sociedade mais plural. Embaixo do transfeminismo cabem todas as identidades de gêneros, gêneros, orientações sexuais.

JGJ: Quando você pensa em transfeministas, quais pessoas lhe vêm à mente? Por que você acha que lembra dessas pessoas?

IAS: Muitas pessoas me veem à cabeça. Lembro delas por não se deixarem abater pelo *cis-tema*²⁰, por terem lutado e continuar lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo que tenham dado sua vida pra isso, ou deem.

Considerações finais

Para concluir, perguntei a Indianara por e-mail, duas vezes, se ela teria algo mais a acrescentar. Ela não pôde responder, na primeira oportunidade estava ocupada participando de mais uma atividade militante e, na segunda, sendo novamente presa por “atentado ao pudor”, ao expor seus seios em público e diante de um agente policial.

Por uma feliz coincidência, reencontrei-a presencialmente na FND, em 7 de maio de 2015, quando de minha participação na banca de Mestrado em Direito de Heloísa Melino, que defendeu, com sucesso, a dissertação “Direito, linguagens e emancipação: processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais”, orientada pela professora Vanessa Oliveira Batista Berner e coorientada pelo professor Manuel Gándara Carballido.

Em mais da metade da dissertação, Melino (2015) se referencia à vida e às lutas de Indianara, de modo que comentei com ambas que o trabalho poderia também ser intitulado como “Indianara Alves Siqueira”. Todas compreenderam a brincadeira, e também o seu fundo de seriedade.

20 Termo utilizado por transfeministas para se referir ao sistema estrutural de subalternização das pessoas trans, de base sexista e que se destaca pela exclusão de ordem transfóbica, caracterizada, outrossim, pelo reconhecimento da humanidade apenas das pessoas cisgênero (pessoas que não são trans).

Já na rua, após a defesa, caminhávamos em direção à Lapa, a fim de comemorar a titulação da recém-mestra. Para o grupo, Indianara comentou acerca do interesse em mudar judicialmente o seu registro civil, agregando o nome social, mas sem retirar o prenome que — de uma forma ou de outra — a acompanhara por toda a vida, e ao justificar que preferia não ter identificação unicamente com o sexo masculino ou com feminino nos documentos, referindo-se às autoridades responsáveis por tal alteração, acrescentou: “Eles que se virem pra arrumar isso, não fui eu que inventei essa restrição quanto ao sexo. Eles que resolvam o problema que eles mesmos criaram, eu só quero a solução”.

E assim todas e todos nós seguimos aprendendo com o saber vivo de Indianara, nessa educação pelas ruas.

Referências

- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1 p. 165-182, jan.-jun. 2014.
- GOFFMAN, Erwin. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Camilla. M. Nem toda prostituta é Gabriela Leite: prostituição, feminismo e leis. **Blogueiras feministas**, 2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/nem-toda-prostituta-e-gabriela-leite-prostituicao-feminismo-e-leis>>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- JESUS, Jaqueline G. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e saber social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 163-186, jul.-dez. 2012.
- JESUS, Jaqueline. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, Bogotá, Colômbia, n. 78, p. 241-258, jul.-dez. 2014.
- MARINS, Camila. “Nossa luta contra a transfobia não se resume a um único dia de visibilidade”, **diz Indianara Siqueira**. Portal Fórum, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/01/nossa-luta-contratransfobia-nao-se-resume-um-unico-dia-de-visibilidade-diz-indianara-siqueira>>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- MELINO, Heloísa. **Direito, linguagens e emancipação: processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

PEREIRA, Jesana B.; FEIJÓ, Maurício E. V. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Cadernos de Graduação – Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n.1, p. 39-57, mai. 2014.

SIQUEIRA, Indianara. Profissionais ou “marginais” por falta de regulamentação. In: SILVA, Andrade; HERNÁNDEZ, Jimena G.; SILVA JUNIOR, Aureliano L.; UZIEL, Anna P. **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SIQUEIRA, Indianara, A. **Postagem em perfil pessoal no Facebook**. Jan. 2015.

WYLLYS, Jean. **PL 4.211, Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo**. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso em: 14 jun. 2015.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Érika. **PL 5002**, dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Recebido em 20 de agosto de 2014

Aprovado em 30 de outubro de 2014